



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140816 - PE (2021/0002057-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : JOAO VICTOR RIBEIRO DE OLIVEIRA LEAL (PRESO)
ADVOGADOS : KARLA LIMA DE MORAIS - DF054185
FABIO ALVES LEANDRO E OUTRO(S) - DF054634
CIBELE MARTINS DE SOUSA CARDOSO - DF063282
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JOAO VICTOR RIBEIRO DE OLIVEIRA LEAL contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (HC n. 0009051-55.2020.8.17.9000).

O recorrente foi preso preventivamente em 26/11/2017 e posteriormente pronunciado pela prática de homicídio qualificado e tentativa de homicídio.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, uma vez que carece de fundamentação idônea e o paciente ostenta condições pessoais favoráveis.

Alega que o julgamento do *habeas corpus* foi nulo, visto que não oportunizada a sustentação oral. Assevera a existência de excesso de prazo na formação da culpa e não ter sido revisado o decreto prisional em 90 dias. Pugna, ainda, pela concessão de prisão domiciliar por conta da pandemia referente à covid-19. Pleiteia, por fim, a declaração de nulidade da decisão de pronúncia por excesso de linguagem.

Requer, liminarmente, a nulidade do julgamento do *habeas corpus* e da decisão de pronúncia, além da revogação da prisão preventiva do paciente. No mérito, pede o provimento do recurso para que seja julgado novamente o *habeas corpus*, permitida a sustentação oral e prolatada nova decisão de pronúncia, além de que o paciente responda ao processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente